

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS/HISTÓRIA

FRANCISCO TASSIO SALAZAR QUEIROZ

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO:
EXPERIÊNCIAS DE DISCENTES DA UFMA/CODÓ

Codó/MA

2022

FRANCISCO TASSIO SALAZAR QUEIROZ

**POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO:
EXPERIÊNCIAS DE DISCENTES DA UFMA/CODÓ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas/História, pelo Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História, da Universidade Federal do Maranhão–UFMA, Centro de Ciências de Codó.

Orientador: Prof. Dr. Dilmar Kistemacher.

Codó/MA

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

QUEIROZ, Francisco Tassio Salazar.

Políticas de Permanência no Ensino Superior Público:
experiências de discentes da UFMA/Codó / Francisco Tassio
Salazar QUEIROZ. - 2022.

55 f.

Orientador(a): Dilmar Kistemacher.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
História, Universidade Federal do Maranhão, CODÓ, 2022.

1. Auxílio financeiro. 2. Ensino Superior. 3.
Juventude codoense. 4. Políticas de Permanência. I.
Kistemacher, Dilmar. II. Título.

FRANCISCO TASSIO SALAZAR QUEIROZ

**POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO:
EXPERIÊNCIAS DE DISCENTES DA UFMA/CODÓ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas/História, pelo Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História, da Universidade Federal do Maranhão–UFMA, Centro de Ciências de Codó.

Orientador: Prof. Dr. Dilmar Kistemacher.

Aprovado em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dilmar Kistemacher – UFMA/Codó

Prof. Dr. Jonas Rodrigues de Moraes – UFMA/Codó

Prof. Dr. Liliane Faria Correa Pinto – UFMA/Codó

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que em sua magnitude me concedeu o dom da vida e nunca me permitiu desistir dos meus sonhos, mesmo eu passando por tantos momentos de tribulações.

Agradeço a minha mãe, Jaqueline Salazar, mulher protetora, guerreira e de gênio forte, mas de um coração imenso que sempre apoiou as minhas decisões, mesmo não compreendendo algumas delas, esteve sempre presente, me ajudando da maneira que podia.

Agradeço ao César Alves, um companheiro e amigo que sempre me incentivou a continuar, foi através de você que eu consegui adentrar na universidade e foi você de fundamental importância para mim, não somente nos primeiros períodos na universidade, mas em todo o decorrer do meu percurso acadêmico.

Agradeço ao orientador, Prof^o. Dr. Dilmar Kistemacher, que muito me ajudou no desenvolvimento desse trabalho. Sei que dei muita dor de cabeça para esse orientador, porém, sempre foi paciente. Mesmo passando por momentos conturbados em sua vida me auxiliou a percorrer o melhor caminho para a minha evolução. O vejo para além de um orientador paciente, compreensivo e incentivador. Vejo-o como um amigo.

Agradeço a Fernanda, uma colega de turma, de trabalho e uma das pessoas mais incríveis que pude conhecer dentro da universidade. Agradeço por todos os momentos que passamos juntos dentro e fora do campus, assim como, por sua grande ajuda nesse meu percurso.

Agradeço também a Kelly Lorrany, outra pessoa incrível que a universidade me proporcionou conhecer. Com ela aprendi a ter mais confiança no meu potencial, do qual duvidei por diversas vezes durante minha graduação.

Agradeço também a minha irmã, Taisa Queiroz, que também se formou pela UFMA e hoje é Mestre. Ter uma irmã que foi exemplo de estudante não é tarefa fácil, porém, cada um possui seu próprio ritmo. Você foi uma inspiração para mim.

Agradeço ao meu amigo Osnir, pessoa prestativa e que sempre me ajudou, com xerox, impressão, formatação e quando meu notebook me assustava ele sempre se disponibilizava a me ajudar.

Agradeço ao corpo docente da instituição. Vocês foram e são essenciais na desconstrução dolorosa que tivemos que aprender a refazer a todo instante, já que essa prática é constante.

Agradeço aos participantes da minha pesquisa. Vocês foram primordiais para essa conquista ao mesmo tempo que me ajudaram conhecer o processo complexo que permeia toda nossa caminhada acadêmica.

Agradeço a todos os meus colegas de classe. Foi uma honra conhecer cada um de vocês, com toda a diversidade de personalidades, costumes e religiões. Vocês foram fundamentais para o meu crescimento como acadêmico e como pessoa.

Agradeço em especial a Universidade Federal do Maranhão, campus VII. Foi uma honra ter podido fazer parte desta Instituição formadora, onde adentrei através da política de acesso ENEM, e tive a oportunidade de participar do programa Residência Pedagógica, que foi de fundamental importância tanto para a minha permanência como para a minha trajetória acadêmica.

A complexidade não é receita, nem resposta. É um desafio e uma motivação para pensar. Não é completude, mas a incompletude do conhecimento.

(MORIN, 1999, p. 176)

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo discutir a importância das políticas de permanência no ensino superior junto aos estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, campus de Codó. Para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos a revisão da literatura, a pesquisa e a aplicação de um questionário semiestruturado junto aos licenciandos do curso. Da análise realizada, quanto ao perfil dos acadêmicos, destacamos que prevalece a faixa etária de 20 a 30 anos; e a maioria dos participantes da pesquisa se autodeclararam pretos/pardos, e optaram pelo curso por conta do campus ser próximo de sua residência. Em se tratando das dificuldades enfrentadas pelos licenciandos pudemos identificamos que a conciliação de trabalho e estudo atrelado a outros problemas, em especial os financeiros, geram a retenção e a evasão. Quanto a importância das políticas de permanência, todos os licenciandos concordam que os programas e bolsas de auxílio financeiro foram fundamentais para a sua permanência no curso, bem como para sua formação profissional.

Palavras-chave: Políticas de Permanência. Ensino Superior. Auxílio financeiro. Juventude codoense.

ABSTRACT

This study aimed to discuss the importance of permanence policies in higher education with students of the Degree in Human Sciences/History, at the Federal University of Maranhão – UFMA, Codó campus. For the development of the research, we carried out a literature review, research and the application of a semi-structured questionnaire with the course's licentiate students. From the analysis carried out, regarding the profile of academics, we highlight that the age group between 20 and 30 years prevails; and most of the research participants declared themselves to be black/brown, and chose the course because the campus was close to their residence. In terms of the difficulties faced by the undergraduates, we could identify that the conciliation of work and study linked to other problems, especially financial ones, generate retention and evasion. As for the importance of permanence policies, all graduates agree that financial aid programs and scholarships were fundamental for their permanence in the course, as well as for their professional training.

KEY-WORDS: Permanence Policies. Higher education. Financial aid. Codoense youth.

LISTA DE QUADRO

Quadro 01: Participantes da pesquisa por turma.....	38
---	----

LISTA DE SIGLAS

ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
LDBEN	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PAE	Programa de Auxílios Estudantis
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPC	Proposta Pedagógica Curricular
PROUNI	Programa Universidades para Todos
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	16
2.1. Percurso metodológico da pesquisa social.....	16
3– POLÍTICAS PÚBLICAS: EDUCAÇÃO E JUVENTUDES	20
3.1. Políticas públicas em Educação	21
3.2 Políticas de acesso e permanência no Ensino Superior.....	23
3.3. Políticas de permanência na Universidade Federal do Maranhão ..	29
4. POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA: PERSPECTIVAS DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA DA UFMA CODÓ	33
4.1 O município de Codó/MA – contextualização histórica	33
4.2. Licenciatura em Ciências Humanas/História-UFMA/Codó.....	34
4.3 perspectivas estudantis sobre as políticas de permanência.....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	55

1 INTRODUÇÃO

Ao ter ingressado em uma universidade pública federal e próxima da minha casa, despertou em mim uma mistura de sentimentos. O anseio de obter conhecimentos científicos, ampliar a minha visão cultural de mundo, ser motivo de orgulho para a minha família, conseguir uma melhor posição socioeconômica no mundo do trabalho e proporcionar à minha família melhor condições de vida. Todos esses sentimentos e euforia senti ao adentrar os portões da universidade pública.

Todo esse *mix* de sentimentos, foram se transformando, dando lugar a frustrações e angústias que vivenciei (vivencio) no decorrer do curso de graduação. Mas, ao lado destes sentimentos, houve sentimentos de conquista, de aprendizado, e que ganharam mais sentido ao partilhá-los com outros estudantes universitários. Estas experiências, compartilhada com os meus colegas, envolveu, entre outras coisas, conhecer pessoas de diferentes lugares, diferentes credos, diferentes condições socioculturais e socioeconômicas, pessoas de cor, sexo e identidades diferentes, estas vivencias me fizeram pensar sobre a juventude universitária.

Para além dessas relações e percepções, aos poucos, o meu olhar começou a se aguçar, ou seja, passei a refletir sobre os problemas que me cercavam. O pesquisador começou a nascer, ainda que com pouca clareza acadêmica, social e política. Conhecer os problemas e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes do curso de Ciências Humanas e, também, dos outros cursos, me levou a problematizar e querer compreender a minha própria trajetória acadêmica de acesso ao ensino superior, e mais especificamente a minha permanência, pois enfrentei uma jornada intensa de trabalho diário, horas de estudo em sala de aula no curso noturno, e grande parte das madrugadas para estudar uma quantidade exorbitante de textos que a instituição exige dos estudantes durante o percurso formativo.

Para a maioria dos estudantes o ingresso na universidade pública só foi possível pela oferta de cursos de graduação no turno noturno. A Universidade Federal do Maranhão – Campus Codó, oferta três cursos de licenciatura, a saber, Licenciatura em Ciências Humanas/História e Ciências Naturais/Biologia, no noturno e, o Curso de Pedagogia, no diurno. A oferta destes cursos e não de outros, suscita outras problematizações quanto à política de acesso ao ensino público superior. Contudo, não se constitui como tema de pesquisa a oferta de outros cursos, seja de licenciatura ou de bacharelado.

Mesmo o curso não sendo a primeira escolha deste jovem, a possibilidade de fazer parte da instituição pública me encantou, lembrando que desejava, inicialmente, a obtenção de melhores oportunidades de trabalho e ter uma profissão a partir do ingresso no ensino superior. Acendia, naquele momento, uma luz de esperança para mim, assim como para os demais jovens que ingressaram e, também, almejavam conquistar um futuro melhor através da graduação.

Logo nos primeiros dias, os sentimentos eufóricos de ingressante se chocaram com a realidade, cedendo espaço para uma racionalidade complexa. Nós estudantes começamos a perceber que a trajetória de trabalho diário, as aulas noturnas e os estudos durante as madrugadas não se constituíram em tarefas fáceis durante quatro, cinco ou mais anos de formação, permanecer e concluir o curso se constituiu em um novo desafio, ou seja, um pouco menos eufórico.

Possivelmente as dificuldades que vivenciamos na graduação estão atreladas a uma série de problemas que os estudantes universitários enfrentam durante a formação, e os problemas não podem ser explicados somente pelas questões socioeconômicas, mas por diversos problemas que incidem sobre a vida de um acadêmico na UFMA de Codó.

Na busca por compreender as condições enfrentadas pelos jovens durante a vida acadêmica, as quais me inquietaram durante todo o curso, precisei, primeiramente, aprofundar os meus estudos sobre juventude e ensino superior, e posteriormente, tais questões se materializaram no projeto de pesquisa sobre a política de acesso e de permanência da juventude universitária.

Ingressar em uma instituição de ensino superior, especialmente nas universidades públicas, costuma ser motivo de deslumbramento à grande maioria dos estudantes, já que esse espaço durante muito tempo foi um universo intransponível para muitas juventudes, especialmente, para as indígenas, para as quilombolas, para as pretas e pardas e, de modo geral, para as juventudes de menores condições socioeconômicas do país.

Historicamente, temos, de um lado, as discussões e os debates na defesa da universidade pública, laica e gratuita e, de outro, a defesa do ensino superior privado, este defendido pela elite como forma de manter privilégios. As discussões, movimentos sociais e ações afirmativas no cenário político nacional contribuíram para a ampliação do acesso à educação pública, seja na Educação Básica, seja no Ensino Superior. As políticas de ampliação de instituições de ensino superior públicas, se deu

em decorrência de um conjunto de políticas sociais. Na contemporaneidade a juventude brasileira passa a compor a agenda política e social do país, especialmente as juventudes que não tinham acesso ao nível superior de ensino. No limite que as políticas apresentam, elas passaram a contemplar juventudes antes invisibilizadas.

Paulatinamente, o acesso ao ensino superior foi se constituindo como um direito e um dever do Estado. Mas, a manutenção deste direito implica na afirmação de políticas públicas que considerem a complexidade que se apresenta à juventude universitária. As políticas de acesso ao ensino superior, vieram acompanhadas de um conjunto de leis que se constituíram em políticas de ações afirmativas, compensatórias e redistributivas, a exemplo das políticas de cotas, políticas de promoção da igualdade racial, entre outras. Estas ações (políticas) afirmativas foram essenciais para que jovens, anteriormente alijados do direito à educação superior, pudessem acessar este nível de ensino.

Essas ações impactam diretamente a vida dos estudantes mais vulneráveis e carentes, oriundos, de modo geral, de escolas públicas. Contudo, não basta garantir o acesso, precisa ser pensada, reformulada e ampliada a política de permanência no ensino superior público, ou seja, políticas que viabilizem o acesso, a permanência e diplomação, tão sonhada e almejada pelos estudantes.

Considerando o exposto, situamos a nossa pesquisa no campo das políticas públicas para a educação, mais especificamente, as políticas de permanência no ensino superior na universidade pública. Os estudantes do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História, da Universidade Federal do Maranhão campus-VII Codó, que ingressaram no curso no período de 2010 a 2020, se constituem como sujeitos e participantes desta pesquisa.

A minha escolha pelo tema de pesquisa se deu a partir dos problemas que vivenciei como graduando deste curso, ou seja, enquanto acadêmico do curso vivenciei e acompanhei não somente o ingresso de estudantes, mas, também, o elevado número de colegas que desistiram ao longo do curso, daqueles que se encontram retidos, e aqueles que não conseguiram concluir o curso no tempo regular.

Diante deste problema que vivenciamos, tive, neste estudo, por objetivo geral conhecer os problemas e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes de Ciências Humanas/História da UFMA/Codó durante a formação acadêmica, e como as políticas de permanência contribuíram para a sua formação e conclusão do curso.

Deste, objetivamos especificamente:

- Conhecer o perfil dos estudantes de ciências humanas da UFMA/Codó;
- Identificar os problemas e os desafios enfrentados pelos estudantes para permanecer estudando e concluir o curso;
- Analisar como as políticas de permanência da universidade contribuíram para permanência no curso.

Para desenvolver a pesquisa realizamos uma revisão bibliográfica, no âmbito das políticas públicas sociais, sobre as políticas educacionais de acesso e permanência no ensino superior e sobre juventudes. Esta etapa foi fundamental para a fundamentação teórica do trabalho. Posteriormente, realizamos a pesquisa documental, na qual analisamos a legislação educacional, com foco nos programas desenvolvidos para o acesso e a permanência na educação pública superior. E, ainda, como pesquisa de campo, aplicamos um questionário semiestruturado, tendo em vista os objetivos propostos.

A monografia, está organizada em quatro capítulos. Este primeiro capítulo, a introdução, na qual apresentamos a temática, nossas questões de pesquisa, os objetivos da mesma e os caminhos investigativos. No segundo, no qual discorremos sobre a pesquisa qualitativa, escolha para desenvolver o trabalho. A princípio um dos instrumentos para a coleta de dados se daria por grupo focal, ou seja, com encontros presenciais com rodas de conversa e debates sobre a temática, porém, devido a pandemia do Covid-19 e, portanto, com o distanciamento social e a suspensão das aulas presenciais, optamos pela técnica do questionário semiestruturado virtual. Dessa forma, buscamos contactar os sujeitos da pesquisa (os universitários do curso de Humanas/História da UFMA/Codó), através das redes sociais, que são os principais veículos de comunicação e informação da atualidade, também criamos um Instagram para um maior acesso aos nossos sujeitos da pesquisa.

No terceiro, trabalhamos as políticas públicas para a educação e juventude, abordamos as políticas públicas em educação fazendo uma reflexão sobre como as políticas educacionais foram desenvolvidas ao longo do tempo, com foco nas políticas de acesso e permanência no Ensino Superior.

No quarto e último capítulo, trazemos as experiências vivenciadas pelos universitários do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História. E, compreende a contextualização sobre a cidade de Codó/MA, o curso de Ciências Humanas e a análise dos dados coletados durante a pesquisa.

2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O tema da pesquisa começou a ser pensado no final do ano de 2018, partindo de uma inquietude após algumas observações nas refeições de grau da Universidade Federal do Maranhão Campus/Codó, nas quais o número de formandos/as do curso de Humanas/História, possuíam uma quantidade menor de jovens que haviam iniciado no curso.

A princípio interessou-me fazer um levantamento da quantidade de egressos do campus, especialmente do curso de Humanas/História, entre os anos de 2010 a 2020, e posteriormente quantificar os estudantes que haviam evadido, aqueles que se encontravam retidos e os que haviam concluído o curso. Entretanto, uma pesquisa quantitativa não seria capaz de responder as questões vivenciadas pelos jovens estudantes.

Logo no início do ano de 2019, em conversa com os professores do campus expressei a minha inquietude com relação a essa situação da qual eu estava vivenciando enquanto licenciando. Das conversas fui me apropriando da pesquisa qualitativa e externei a minha vontade de trabalhar sobre a juventude universitária e assim dei início aos meus estudos no campo das políticas públicas sociais, uma vez que a maioria dos estudantes do campus são negros e pardos e oriundos de escolas públicas e que acessaram a UFMA/Codó através do Exame Nacional do Ensino Médio -ENEM.

Destas experiências, o projeto de pesquisa foi sendo delineado, e a escolha dos instrumentos para a coleta e análise de dados para o desenvolvimento da pesquisa.

2.1. Percurso metodológico da pesquisa social

Para o aprofundamento do tema diversas leituras foram realizadas sobre Políticas Públicas Sociais, Políticas Educacionais, Políticas de Permanência, tomando como referência documentos legais e a produção acadêmica, utilizando como ferramenta de busca o Google Acadêmico, este procedimento se constituiu na fase inicial da pesquisa, ou seja, a familiarização com o tema consiste na primeira fase da pesquisa qualitativa, uma escolha bem feita do material teórico facilita a compreensão

e aprofundamento do objeto de pesquisa (MINAYO, 2007). Esta etapa foi fundamental para a delimitação do trabalho.

Considerando, portanto, os nossos objetivos, compreender como os discentes percebiam o problema da demora na conclusão do curso e como eles percebiam as políticas de permanência nesse processo formativo. Assim, compreendemos que o método mais viável para o desenvolvimento da pesquisa seria a qualitativa, uma vez que buscamos uma análise compreensiva das relações sociais que permeiam as políticas educacionais, mais especificamente as políticas de permanências. Nesta direção, Júnior, Melo e Santiago (2010), entendem que um conflito percebido ou vivenciado na prática, pode configurar um problema de investigação, porém, é preciso amadurecer e enfrentar as limitações e recortes uma vez que estamos tratando de uma pesquisa que envolvem diversos sujeitos.

Considerando os participantes, beneficiários das políticas, optamos por não utilizar a nomenclatura “objeto de pesquisa” mais sim os “participantes da pesquisa”, uma vez que estamos abordando jovens universitários, ou seja, (re)conhecer as percepções dos/as licenciandos/as. Minayo (2007), afirma que a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes”, ou seja, a pesquisa qualitativa busca os detalhes que as vezes estão escondidos e que precisam ser revelados, para que se compreenda todo um conjunto de relações sociais. Pois uma pesquisa qualitativa exige do pesquisador um grande nível de atenção, pois ela está no campo da subjetividade e requer uma sensibilidade para fazer uma interpretação mais profunda sobre o que se está sendo pesquisado.

Utilizamos como forma de atingir o objetivo da pesquisa, o questionário semiestruturado para a coleta de dados. Embora o questionário não seja a melhor forma de coleta de informações, uma vez que gostaríamos de fazer rodas de conversa, utilizando a técnica de grupo focal, promover debates com os estudantes, o que não pode ser realizado devido aos decretos de distanciamento social, como medida para evitar o contágio na pandemia da COVID-19. Optamos pela utilização de um questionário semiestruturado que fora criado no Google Formulários, em uma plataforma disponibilizada pela Google.

Para desenvolver uma pesquisa qualitativa, conforme Minayo (2007), seguir o ciclo da pesquisa qualitativa, mais precisamente o roteiro da pesquisa que você vai desenvolver, onde precisa-se seguir três etapas básicas, que são primordiais para a

efetivação de uma pesquisa de qualidade que são: (1) fase exploratória que consiste na produção do projeto da pesquisa e de quais serão os procedimentos utilizados, isso entra como uma fase preparatória para o desenvolvimento; (2) fase trabalho de campo, que consiste em levar para a prática todo o conhecimento adquirido na primeira fase, somente dessa maneira, se conseguirá desenvolver uma pesquisa bem feita; e a (3) fase de análise e interpretação do material coletado, é nessa fase que precisamos internalizar, compreender, interpretar e valorizar os dados coletados e as experiências vividas pelos sujeitos participantes da pesquisa.

A terceira fase é uma das mais instigantes da pesquisa e uma das mais difíceis de ser exposta, é nessa fase que iremos responder ou não as hipóteses que tínhamos no início da pesquisa, ou até mesmo encontrar novas interrogações, uma vez que estamos trabalhando com sentimentos, sentidos e experiências, todos esses sentidos estão no campo empírico/subjetividade. Com a coleta dos dados dá-se início a subdivisão da pesquisa em: ordenação dos dados, classificação dos dados e análise propriamente dita.

Ao estudar os sentidos atribuídos às experiências como estudantes universitários, optamos, considerando a tipologia de fonte, pela Análise de Conteúdo enquanto ferramenta metodológica para a realização da análise. A escolha desta metodologia se justifica porque a mesma se situa numa abordagem crítica e por reconhecer a premissa do papel ativo do pesquisador na produção de conhecimentos. Bardin referindo à A análise de Conteúdo, assim expressa:

[..] o factor comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados até à extracção de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. [...] Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (o não-dito), retido por qualquer mensagem [...] (BARDIN, p. 9, 1997).

A abordagem, objetiva e contextualizada, permite analisar o conteúdo das mensagens. Compreender os sentidos para além dos discursos implica em analisar os textos no seu contexto, reconhecer que eles são portadores de concepções, ideias e princípios. A Análise observa a presença ou a ausência de uma ou mais características de conteúdo, num determinado fragmento de uma mensagem, o qual é tomado em consideração pelo pesquisador. A leitura atenta do texto pode aumentar as possibilidades de compreensão pela descoberta de conteúdos que possam contribuir para inferir sentidos, que não estão expressos a primeiro plano. O método

tem por finalidade a inferência de conhecimentos, realizada a partir de indicadores quantificáveis ou não, relativos às condições de produção da mensagem. Quanto à inferência Bardin, lembra que esta,

[...] se realize tendo por base indicadores de frequência, ou, cada vez mais assiduamente, com a ajuda de indicadores combinados, toma-se consciência de que, a partir dos resultados da análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações (BARDIN, p. 22, 1977).

A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura 'à letra', mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes para atingir significados, à semelhança de decifração normal, mas atingir através de significantes ou de significados (manipulados), outros 'significados' de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc (BARDIN, p. 41, 1977).

A análise das comunicações, por meio de procedimentos sistemáticos, visa obter a descrição do conteúdo das mensagens, via indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir sobre o não dito. Ela tem por intento realizar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomando em consideração emissor e contexto. Dito de outro modo "[...] a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, como contributo das partes observáveis" (BARDIN, p.43, 1977).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS: EDUCAÇÃO E JUVENTUDES

Historicamente assistimos em nosso país um longo e conflituoso processo de mobilizações sociais, políticas e culturais que marcaram o século XX. Estes movimentos populares foram fundamentais para que a sociedade fosse conquistando direitos, sendo alguns direitos assegurados legalmente na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), dentre eles, a Educação. Ou seja,

São direitos sociais a educação, saúde, alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desempregados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

A Constituição assegurou diversos direitos sociais e estes se efetivam por intermédio das políticas sociais e estas emanam do Poder Público. Os direitos sociais se situam nos marcos de uma sociedade democrática, justa, tendo em vista a manutenção dos direitos básicos e ideia de equidade social. Contudo, importa problematizar como estes direitos têm sido garantidos para além da letra jurídica da Lei.

Para Silva, Silva e Rosa (2009), a educação constitui uma dimensão central para ampliar as chances de uma inclusão promissora no mercado de trabalho. Ela também propicia o acesso a um conjunto de bens e atividades culturais, tecnológicos, informativos que são potenciadores de oportunidades de renda e de ampliação do bem-estar. A educação, enquanto um direito social, tem sido tomada como um dos meios mais importantes para uma ascensão social; é através dela, que a sociedade será capaz de alcançar patamares de desenvolvimentos intelectuais, culturais, socioeconômicos e críticos que envolvam a sua vida dentro da sociedade.

Compreendemos que o desenvolvimento de uma nação só é possível através de uma educação pública de qualidade e que não faça distinção entre ricos e pobres. Essa realidade ainda não acontece, todavia, diversas ações foram sendo desenvolvidas através da ação do Estado, sob o acompanhamento, dentro dos limites conjunturais, por parte da sociedade.

3.1. Políticas públicas em Educação

A educação no Brasil, sempre enfrentou diversos problemas, em virtude de uma grande parcela da população ter sido excluída do direito de frequentar uma instituição de ensino, esse direito só pôde ser assegurado com a Constituição Federal de 1988, na qual foram garantidos direitos sociais, entre eles, o direito à educação.

Sabemos que grande parcela da sociedade – as juventudes – especialmente, as negras, as quilombolas, as pardas, as indígenas e, de modo geral, aquelas de baixa renda, foram excluídas do acesso aos níveis mais elevados de escolarização. E, ainda, podemos dizer que elas não eram enxergadas como o futuro da nação, antes, como um problema, e este deveria ser sanado. As primeiras ações que se voltaram para esses grupos, foram ações que os retirassem de uma situação de vulnerabilidade social, ou seja, das áreas de risco onde elas se encontravam, como afirma Aquino:

As diversas formas de tematizar a juventude bem como as questões usualmente associadas à condição juvenil vêm orientando, como peso ora mais decisivo, ora menos, as ações direcionadas aos jovens. Tradicionalmente, estas ações se concentraram nas áreas da educação e emprego – sob a perspectiva da juventude como fase preparatória da vida – ou de saúde e segurança pública com o viés da juventude como etapa crítica. Em geral, tais ações não se estruturam como elementos de uma “política de juventude”, mas como estratégias de atuação da sociedade para orientar a formação dos jovens e minimizar seu envolvimento em situações de “risco” (AQUINO, p. 35, 2009).

Compreendemos que mesmo as ações voltadas à juventude brasileira, especialmente na área de educação, estavam carregadas de estereótipos, onde a real intenção, não estava atrelada na melhoria do nível educacional e cultural dos jovens, mas, em ações que diminuíssem os altos índices do uso de drogas e a diminuição da taxa de óbito, ou seja, das juventudes que se encontravam em situação socioeconômica desfavorável.

A década de 1930, tida como um período de grande movimentação no país, entre elas a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Brasil. Logo após a chegada de Vargas ao poder, foi criado o Ministério da Instrução e Saúde Pública, o qual passou a desenvolver atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente.

As pesquisas sobre a área da educação datam do século XX. Gatti (2001), entende que as primeiras pesquisas voltadas para a área de educação, se deram de

modo mais efetivo com a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP- nos anos 30. O INEP foi idealizado por um dos mais importantes defensores do direito a educação no Brasil, Anísio Teixeira. Para ele a escola era um espaço de exercício da democracia, tendo como função, garantir o pensamento autônomo e livre dos estudantes, a fim de prepará-los para construir a sociedade desejada, nos moldes e concepções da época.

Um dos marcos importantes para a educação nacional se deu com a criação da Lei de nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, sob a presidência João Belchior Marques Goulart, que fixava as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Foi através da criação dessa Lei, que a educação pode ser ampliada, e a população que não tinha acesso à educação passou a ser contemplada, dentro dos limites de acesso, de permanência e de qualidade do ensino.

As políticas públicas para a educação se efetivam mediante programas e ações que são criadas pelos governos, tanto em nível nacional, quanto em nível local, dessa maneira. Os programas e ações se constituem em medidas que podem, ou não, garantir a educação para todos os cidadãos. Todavia, precisamos entender que cada governo desenvolve suas propostas de políticas públicas sociais, entre elas a educacional. As políticas não são neutras quanto ao conteúdo e geram embates que giram em torno de interesses, preferências ideológicas e concepções sobre a sociedade.

As políticas públicas expressam intencionalidades sociais, econômicas e culturais, e ainda, valores de sua época, especialmente para os setores sociais. Nesta direção, Souza lembra que,

[...] a política pública em geral e a política social, em particular, são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006, p. 25).

As políticas em educação, neste jogo de relações estado, política, economia, sociedade, são delineadas através da ação do Estado, de modo geral, expressas no formato de leis votadas pelo Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, podendo ser sancionadas ou não, pelo poder executivo em suas respectivas esferas. Elas, as leis, se materializam em ações que após criadas, precisam ser implementadas e desenvolvidas para atingir os seus objetivos. Cabe,

aqui problematizar os grupos que necessitam de políticas educacionais específicas para atender às demandas destes, a exemplo da juventude.

Mello (1991), acredita que a necessidade de enfrentar novos padrões de produtividade e competitividade impostos pelos avanços das tecnologias, levaram a redescoberta da educação como um componente fundamental nas estratégias de desenvolvimento de um país, assim, a juventude também é pensada nos marcos da produção capitalista. A capacidade de um jovem adquirir conhecimentos e através deles se tornar uma pessoa criativa, processar informações rápidas, solucionar problemas, ter novas ideias que consigam trazer desenvolvimento econômico, fazem com que, as instituições que empregam, visem profissionais que dominem diversas competências, esta construídas no campo da educação.

Portanto, precisamos compreender que as políticas educacionais na relação com a juventude, são conduzidas pelo Estado, e destinadas a garantir os direitos de educação para sociedade. Porém, elas estão ligadas às tomadas de decisões que o poder público faz em relação a programas, projetos, fundos, planos, exames, entre outros. Uma vez que, existe um interesse por trás desses investimentos, que envolve as condições econômicas do país e da obtenção de novos financiamentos dos organismos internacionais.

Mas, os direitos se efetivam na ação do Estado, ou seja, mediante políticas públicas. A educação é um direito público para todas as pessoas. E, considerando as especificidades presentes na população brasileira, importa pensar políticas de modo a contemplar os diversos seguimentos da sociedade. Cabe salientar que a sociedade civil pode e deve acompanhar as políticas educacionais.

Machado e Oliveira (2001) reconhecem que uma das maiores conquistas do século XX foi a ampliação da noção de direitos do homem que herdamos do Iluminismo. Dentro dessa perspectiva de direitos do ser humano, nos reportamos as políticas públicas educacionais, que se bem aplicadas, podem ter uma ação transformadora na vida da sociedade.

3.2 Políticas de acesso e permanência no Ensino Superior

Quando analisamos o ensino superior no Brasil, percebemos algumas ações colocadas em prática, especialmente desde o ano de 2003, a exemplo da expansão ao acesso às universidades públicas e privadas. Grandes ações se iniciaram no

século XXI, para uma maior ampliação de instituições de ensino superior público que fossem capazes de atender as múltiplas juventudes que por motivos de desigualdades sociais não conseguiam adentrar nos cursos em nível de graduação.

O acesso ao ensino superior no país, no final do século XX, passou a tomar como critério de acesso à universidade o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, o qual foi aplicado pela primeira vez no ano de 1998. E, que de alguma forma contemplou juventudes que não tinham acesso a este nível de ensino. Com um maior acesso dos jovens no ensino superior via políticas educacionais, entre elas a de avaliação externa e de larga escala da educação básica – ENEM, também foi preciso entender que somente o acesso por si só não efetiva a conclusão dos cursos de graduações. Dessa maneira, entra em cena as políticas públicas que irão ser definidas como políticas de permanência para que os jovens estudantes universitários concluíssem o seu curso de graduação.

Outro programa desenvolvido foi a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este programa ajuda a garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação aos estudantes universitários, tendo como foco prevenir situações de repetência e evasão decorrentes das condições de desigualdades sociais. Esse programa se tornou a principal política de assistência estudantil desde sua criação em 2007. Compreender a necessidade de uma nação em todas os seus perfis não será tarefa fácil ainda mais em se tratando de uma país como o Brasil, onde existe uma multiplicidade gigantesca de raça, credo e condições socioeconômicas tão distintas.

Diversas ações políticas foram criadas e implementadas para a juventude, especialmente no campo da educação, para aqueles jovens que se encontravam em condições de vulnerabilidades socioeconômica e sociocultural. Uma destas ações foi a política de acesso ao ensino superior adotando como critério a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio -ENEM¹-. Tal medida, de alguma forma, democratizou o acesso ao ensino superior. O ENEM, como parte da política de avaliação externa e de larga escala da educação básica, se constituiu na principal forma de acesso ao ensino superior público.

¹ Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – foi instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Em 2009, o exame aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior. As notas do Enem podem ser usadas para o acesso ao Sistema de Seleção Unificada -Sisu- e ao Programa Universidade para Todos -ProUni-. Elas também são aceitas em mais de cinquenta instituições de educação superior.

Outra ação desenvolvida neste processo foi a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), criado pela Medida Provisória de nº 213/2004 e sancionado pela Lei de número 11.096/2005, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa concede bolsas de estudos, nas modalidades integral e parcial, para jovens oriundos da escola pública e de baixa renda, em cursos de graduação, de instituições privadas de ensino superior. O ProUni, outra política de acesso ao ensino superior, visa a inclusão socioeducativa, conjugada a uma renúncia fiscal por parte do governo federal de recursos oriundos de tributos pagos pelas Instituições privadas de Ensino Superior, que em contrapartida fazem a concessão de bolsas aos estudantes que se encontram em desigualdades socioeconômica. O ProUni tem sido objeto de estudos e pesquisa, e evidenciam os limites desta política, especialmente por não ampliar as vagas nas universidades públicas e favorecer as instituições privadas.

Outra ação política de democratização e acesso ao ensino superior público foi a criação, em 2010, do Sistema de Seleção Unificada – SISU. O SISU oportuniza os jovens que utilizem as notas do ENEM para acessar uma vaga na rede pública de ensino superior, ou seja, por intermédio da sua nota no ENEM, os estudantes deveriam, através site do Sisu, buscar vagas em universidades públicas para se inscrever, utilizando-se do mesmo número da inscrição e senha que utilizou para participar do Enem. Lembramos que para acessar o curso desejado, o jovem deveria estar atento as notas de corte para acessar determinados cursos. Dentro dos limites que estas políticas apresentam, elas representam uma mudança no acesso ao ensino superior. Não aprofundamos as problematizações de tais políticas por fugir ao escopo deste trabalho.

Tanto Carneiro como Sampaio (2011) partilham que a inserção dos estudantes no universo acadêmico não é uma tarefa fácil, em virtude de que o cotidiano de uma escola de ensino médio diverge em muitos aspectos de uma instituição de ensino superior, mesmo sem distinção de cor, sexo, religião e situação socioeconômica. Todavia, os autores chamam a atenção:

[...] é preciso levar em conta que, para a maioria dos jovens pobres, esse sempre foi um universo praticamente impenetrável. Essa questão é essencial para compreender a rotina de estudantes de origem popular, em um momento em que a universidade é forçada a democratizar pela pressão histórica dos movimentos populares. (CARNEIRO, SAMPAIO, 2011, p. 53-54).

Quando o estudante pobre ingressa em uma instituição de ensino superior, o mesmo precisa se adaptar a uma rotina a qual ele não está acostumado, esse será apenas um dos primeiros obstáculos enfrentados por eles(as), seguidos por gastos com xerox de apostilas de várias disciplinas, gastos com deslocamentos para aqueles que moram mais distantes da instituição, gastos com alimentação para aqueles que permanecem o dia no campus, a qualidade da escola pública em relação às universidades, além de fatores, tais como, a necessidade de trabalhar para ajudar a sustentar a sua família, a falta de um ambiente adequado para estudar, a falta de acesso à internet para desenvolver o seus trabalhos e pesquisas, entre outras questões que o estudante está inserido e que precisa enfrentar para permanecer dentro da universidade e conquistar a sua diplomação.

Outro órgão de grande importância no percurso acadêmico juvenil é o Programa de Auxílios Estudantis (PAE) que tem um papel fundamental no estímulo de acesso, permanência e êxito dos estudantes, desenvolvendo um papel de inclusão social, a aquisição de conhecimento, a melhoria no quesito escolar/acadêmico que implica diretamente na qualidade de vida dos estudantes.

Para isso as instituições ficam responsáveis para executar as ações que devem selecionar e acompanhar os estudantes. Após passarem por uma análise criteriosa desenvolvida pelos técnicos da universidade, que buscam selecionar aquele estudante que mais está em uma situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo este um dos principais critérios para a concessão das bolsas.

Para os estudantes que foram excluídos historicamente, foram desenvolvidas políticas públicas de acesso ao ensino superior, essas políticas oportunizaram a inclusão de juventudes que não tinham como arcar com os gastos que o ensino superior possui. Foram desenvolvidos alguns programas que pudessem ser facilitadores do ingresso desse estudando ao ensino superior à exemplo: Programa de Financiamento Estudantil – FIES², Programa Universidade para todos – PROUNI³,

² **Programa de Financiamento Estudantil (FIES)**, é um programa criado pelo (MEC) que oferece financiamento estudantil aos estudantes de cursos de graduação de instituições privadas cadastradas no sistema, tem o objetivo de facilitar o acesso de estudantes de baixa renda à educação superior.

³ **Programa Universidade Para Todos (ProUni)**, utiliza as notas do Enem para conceder bolsas de estudos aos estudantes de escolas públicas e bolsistas de colégios particulares. O projeto oferece a possibilidade de estudar de graça em faculdades privadas ou com 50% de desconto.

Programa de Inclusão Social e Racial – COTAS⁴ para os vestibulares nas instituições públicas de ensino superior.

A entrada de um estudante oriundo de uma escola pública no ensino superior, especialmente nas instituições públicas, trouxe novas discussões, observa-se que permitir o ingresso deste estudante não era sinônimo de permanência e diplomação dos mesmos, tendo em visto que muitos desses estudantes viviam em locais de vulnerabilidades socioeconômica. Daí a necessidade de se elaborar novas políticas públicas visando a permanência desses estudantes.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído pela Portaria nº 39 do Ministério da Educação (BRASIL, 2007) e transformado em Decreto Presidencial nº 7.234/2010, em dezembro de 2010. O grande objetivo do PNAES é promover a inclusão social e melhorar as condições de permanência dos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial nas Instituições de Ensino Superior (IFES).

Suas ações implicaram o desenvolvimento nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Andrade e Teixeira (2017) apontam que os serviços de apoio e as políticas de inclusão social e assistência estudantil devem promover condições ao estudante de pensar sua identidade pessoal/profissional e auxiliar no desenvolvimento de sua capacidade de imaginar e planejar seu futuro, atendendo suas necessidades básicas e permitindo estabelecer planos a médio/longo prazos congruentes com sua realidade, com vistas a tirá-lo da zona de vulnerabilidade.

Percebe-se que quando os jovens não participam de um ambiente acadêmico, existe uma probabilidade maior dessa juventude enveredar por caminhos que os levam a uma situação de vulnerabilidade, que é um dos maiores fatores que ceifam a vida das nossas juventudes. Tendo em visto que fica inviável um planejamento do futuro desse grupo.

⁴ **Programa de Inclusão Social e Racial**, a Lei 12.711/2012, Chamadas de Lei de Cotas, só foi aprovada em 2012. Com essa lei, todas as instituições de ensino superior federais do país precisaram, obrigatoriamente, reservar parte de suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas.

Maciel, Lima e Gimenez (2016) afirmam que para permanecer na educação superior e concluí-la, depende de um conjunto de situações conjunturais e que são determinadas por vários elementos, e que envolvem recursos humanos e econômicos. Dessa forma, as políticas de permanência são identificadas por uma perspectiva que não se encerra em ações de assistência estudantil, mas abarcam, também, os aspectos de infraestrutura, física e tecnológica, e das condições didático-pedagógicas proporcionadas aos estudantes nas IES.

Um dos grandes esforços da instituição é tentar fazer a aproximação do estudante com o universo da pesquisa e extensão. Essas ações viabilizam o contato do universitário com a pesquisa, uma vez que essa aproximação é realizada, ela será capaz de potencializar o percurso acadêmico desse graduando.

Para Costa (2009) as políticas de assistência estudantil têm a finalidade de destinar recursos para que os alunos possam permanecer na universidade e concluir seus estudos. Ou seja, os estudantes são atravessados por uma realidade complexa e analisar a sua permanência no ensino superior, somente pelo viés econômico, não abarca todas as outras questões que estão internalizadas nesse graduando.

Todavia esses estudantes carregam para dentro da universidade suas experiências de vida, que os acompanham em todo o seu percurso formativo, ou seja, problemas familiares, trabalhistas, falta de tempo para estudar, o ensino fundamental defasado, gastos com xerox, alimentação, transportes, a autoestima baixa, entre outros, são situações vivenciadas pelos jovens. Daí a importância da diversidade dos programas de permanência para esses estudantes que mesmo possuindo uma realidade de vulnerabilidade próxima uma dos outros, existe as suas especificidades em cada um.

A universidade é vista como uma instituição que tem como principal função a formação de profissionais e pesquisadores. Mas para além disso, a universidade é capaz de desenvolver pensamentos críticos para perguntas que envolvem questões que estão entrelaçadas a vários séculos a exemplo das desigualdades sociocultural-econômica dos estudantes brasileiros.

De forma geral a Política de Permanência é uma ação do Governo Federal que visa a concessão de auxílio financeiro, para os estudantes universitários de instituições federais de ensino superior, visa atender estudantes indígenas, quilombolas e estudantes de escolas públicas que vivem em situação de vulnerabilidade econômica.

Na percepção de Carneiro e Sampaio (2011) sobre a entrada na universidade é de que esse estudante terá uma mudança radical em sua rotina. Pois o cotidiano das escolas de ensino médio diverge marcadamente do cotidiano de um curso universitário. Tendo em vista que as exigências de uma graduação são compartilhadas por todos os egressos, mas é preciso levar em conta que, para a maioria desses estudantes pobres, esse sempre foi um universo praticamente impenetrável.

Portanto é de extrema necessidade compreender como os próprios estudantes que participam desses programas enxergam as políticas de permanência e como eles a vivenciam e a significam para a sua diplomação.

3.3. Políticas de permanência na Universidade Federal do Maranhão

A expansão da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, alcançou o município de Codó em maio de 1972, tendo como marco a instalação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária- CRUTAC. Durante o período de 35 anos (1972 a 2006), a instituição não tinha alcançado metas significativas em pesquisa e extensão.

Em 2007, o Campus de Codó abriu uma nova perspectiva de retomada da interiorização, e implementação do Curso de Graduação em Licenciatura em Informática. Isso se deu graças ao Programa de Apoio a Planos de Restruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, sendo uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social do país.

Com o REUNI, foram implantadas duas novas graduações que tiveram início no segundo semestre letivo de 2010: Licenciatura em Ciências Humanas e Licenciatura em Ciências Naturais. O Campus VII, dinamizou a cidade interiorana do leste maranhense, com a possibilidade de receber jovens da própria Codó e de cidades vizinhas.

Em se tratando de bolsas e auxílios que são ofertados no âmbito da Universidade Federal do Maranhão, por intermédio da Pró-reitoria de Assistência Estudantil -PROAES, junto com a equipe técnica que faz o monitoramento dos

programas seguindo as regras e critérios dos editais instituído no Decreto de nº 7.234 que estão disponíveis no Plano Nacional de Assistência Estudantil -PNAES.

A PROAES foi criada pela Resolução nº 193 de 13 de fevereiro de 2014, constituindo-se em um órgão auxiliar a Reitoria da UFMA, e tem por finalidade propor, planejar, coordenar, executar e avaliar programas, projetos, serviços e ações que promovam Assistência Estudantil na Universidade Federal do Maranhão. Todas essas ações visam garantir a permanência dos estudantes a educação superior pública federal.

As bolsas e auxílios são destinados aos alunos dos cursos de graduações presenciais. Para que esse estudante consiga garantir um benéfico, ele tem que fazer um cadastro pelo SIGAA, preencher o campo Cadastro Único e solicitar a inscrição no auxílio que deseja receber. Lembrando que este aluno precisa comprovar a sua situação de vulnerabilidade socioeconômica para que possa receber o auxílio.

A UFMA/Codó conta com diversos programas para manter os estudantes universitários dentro do campus, porém, as verbas, destinadas são insuficientes para atender a demanda, nessa perspectiva de não poder atender a todos os estudantes que necessitam, os diversos inscritos nos programas de auxílio, passam por uma análise, para que sejam contemplados aqueles que realmente mais necessitam da bolsa, mesmo a realidade da universidade sendo a de que quase todos os ingressantes necessitam desse auxílio. Tendo em vista que os estudantes do campus VII, não são todos da cidade de Codó a universidade oferta o Auxílio Moradia Estudantil, que são destinados justamente para estudantes oriundos de outras cidades.

Incluso nesse auxílio estava a **Residência Universitária**, que era a concessão de vagas em uma das unidades habitacionais da UFMA. No caso de Codó não existe um prédio específico para atender esses estudantes dentro do campus, portanto, a residência universitária funcionou em um prédio alugado, essa residência ficou vigente até 2018, devido a problemas estruturais como infiltrações, goteiras e fiação expostas. Desde 2017, não houve mais seleção de novos residentes. Com o fim da residência universitária os estudantes foram inseridos no programa **Moradia Pecuniária**, que é a concessão de recurso financeiro por meio de parcelas mensais no valor de quatrocentos reais, para subsidiar as despesas com moradia.

No site da PROAES, é possível encontrar as descrições dos programas desenvolvidos para a permanência dos estudantes da UFMA a exemplo:

Auxílio Alimentação Prestação Pecuniária – concessão de recurso financeiro por meio de parcelas mensais de trezentos reais para subsidiar as despesas com alimentação aos estudantes por 12 meses.

Auxílio Transporte – tem como finalidade de subsidiar o deslocamento do estudante no trajeto residência/campus/residência por meio de repasse de recurso financeiro de até cento e oitenta reais para deslocamento dentro do município e de trezentos reais para transporte intermunicipal durante dez meses.

Auxílio Emergencial – para estudantes que apresentam dificuldades econômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas, as quais colocam em risco a sua permanência na universidade. O auxílio é disponibilizado na modalidade pecuniária, de até quatrocentos reais limitado a até três parcelas anuais.

Auxílio Acadêmico Curso de Odontologia - é um recurso financeiro para estudantes do curso de Odontologia, para subsidiar aquisição de equipamentos específicos, que promovendo a permanência durante o tempo regular o curso.

Bolsa Aprimoramento Acadêmico UFMA - essa bolsa se refere às vivências acadêmico-profissionais, entendidas como ação articulada a formação acadêmica às práticas dos processos de trabalho, alinhadas ao perfil do curso, com a finalidade de oportunizar ao estudante a ampliação do conhecimento expressos em contextos reais por meio de estudos e experiências profissionais nos setores da Instituição durante vinte e quatro meses recebendo o valor de quatrocentos reais mensais.

Bolsa Permanência MEC – esse auxílio financeiro é no valor de novecentos reais mensais e tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e étnico raciais, além de contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação. Que o MEC oferta para os estudantes indígena ou quilombola: não há restrição de carga horária, curso ou perfil socioeconômico. Apesar do campus pertencer a uma região com grande presença de comunidades quilombolas, a presença no campus é mínima. O campus só conseguiu inserir apenas uma aluna nesse programa.

Projeto Curso de Estudos de Idiomas – possibilita aos graduandos, independente do critério de renda, o aprendizado básico em uma língua estrangeira inglês, francês ou espanhol – nas modalidades oral e escrita.

Bolsa Foco Acadêmico – essa bolsa busca ampliar o significado da assistência estudantil e de possibilitar aos estudantes experiências com atividades no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo com o fortalecimento da

formação acadêmica profissional. O valor financeiro nessa modalidade de bolsa é quatrocentos reais mensais.

Auxílio Creche – consiste no pagamento do benefício durante doze meses no valor de duzentos reais mensais, para subsidiar despesas de discentes no acompanhamento de dependente com idade inferior a seis anos. Sendo necessário o estudante coabitar com a criança sob o mesmo teto.

Auxílio Participação em Eventos – esse bolsa concede recurso financeiro no valor de trezentos e cinquenta reais para eventos nacionais e de quinhentos reais para eventos fora do país, para apoiar a participação estudantil em atividades de intercambio acadêmico, científico, tecnológico, esportivo e/ou cultural, limitado a um auxílio financeiro por discente, durante a vigência do edital. O edital é publicado apenas no início do primeiro semestre letivo, mas as seleções ocorreram mensalmente no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas -SIGAA-.

Além destes programas e auxílios, há as bolsas como, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência -PIBID, esse programa visa a inserção dos universitários em escolas públicas com o intuito de incentivar o exercício do magistério e melhorar os Índice de Desenvolvimento na Educação Básica e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, que visa o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que esses estudantes também saem aptos para o desenvolvimento de pesquisa científica.

Em dez anos de serviço prestado à comunidade universitária, existe um grande número de discentes que foram matriculados no campus VII, Codó, muitos desses estudantes participaram/participam de programas de permanência estudantil, seja, importa compreender como essas políticas afetam o percurso formativa da juventude codoense.

4. POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA: PERSPECTIVAS DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA DA UFMA CODÓ

O Curso de Licenciatura Interdisciplinar de Ciências Humanas/História, é um curso que visa a formação de profissionais qualificados para atuarem na Educação Básica. Dessa maneira o/a licenciado/a estará habilitado para planejar, organizar e desenvolver atividades interdisciplinares de docência nas áreas de (Filosofia, História, Geografia e Sociologia) para as series finais do Ensino Fundamental e de História para o Ensino Médio.

Esse profissional, graduado pela Instituição, além de atuar nas áreas da docência também sai com uma formação de pesquisador, podendo atuar em outras áreas que não necessariamente seja à docência.

4.1 O município de Codó/MA – contextualização histórica

A pesquisa foi realizada no município de Codó, localizado no leste maranhense a 298 km da capital São Luís. O município foi criado pela Lei Estadual Nº 133, de 16 de abril de 1896. Possui uma área territorial de 4.361,606 km² com uma população estimada 123.361 habitantes (IBGE, 2021). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,595, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Por muito tempo a educação superior foi um problema para os estudantes codoenses, principalmente para os que vivenciam uma condição socioeconômica de desigualdade, a cidade tem sua economia dependente de empregos ofertados pela Prefeitura Municipal através de contratos, ou seja, sem qualquer estabilidade, pelo comércio local no centro da cidade e por indústrias que sufocam os nossos jovens com carga horária elevada.

A cidade de Codó se desenvolveu a partir da construção de um depósito para guardar mercadorias, esse depósito fora construído de taipa e coberto de palhas da palmeira do babaçu as margens do rio Itapecuru. Este armazém servia para guardar os produtos oriundos do interior, destinados a São Luís e outras cidades maranhenses (BENTO et al., 2020).

Durante o período colonial, Codó destacou-se pela produção de algodão, tendo êxito na participação do processo de industrialização do Maranhão. A primeira indústria do município foi criada em 1892 e chamava-se Companhia Manufatureira e Agrícola, de propriedade de Emílio Lisboa, que posteriormente teve seu monopólio passado para Sebastião Archer.

No século XIX o povoado de Codó era conhecido como Urubu, foi elevado à categoria de vila com o auxílio de uma Resolução Régia assinada em 19 de abril de 1833. E elevado à condição de cidade com a denominação de Codó, pela Lei Estadual nº 133, de 16 de abril de 1896.

O processo de povoamento da cidade contou, especialmente com a participação de escravizados africanos que trabalhavam nas lavouras, índios Barbados e Guaranés e de imigrantes sírios e libaneses. Na atualidade, em Codó, 83% da população, de 118.038 mil pessoas, se autodeclara negras, 15.498 são pretos e 84.435 pardos, o que totaliza 99.993 mil negros, seguidos de 16.739 brancos, 1.262 amarelos e 104 indígenas (IBGE, 2010). Esses dados demonstram a grande presença dos descendentes africanos e as miscigenações que ocorrem durante o processo de formação da cidade. Mesmo com esse grande quantitativo ainda encontramos pessoas que não se declaram ou não se entendem dentro da nomenclatura de pretos e pardos na cidade.

A complexidade de pensar as amarras que as juventudes de Codó e demais municípios da região dos cocais vivenciam, está entrelaçada em vários fatores históricos que geraram processos de exclusão socioeconômica e sociocultural e que precisam constantemente serem discutidos. Porém, não são as únicas exclusões, o grande anseio para uma maioria desses jovens pretos e pardos é conseguir garantir a sua independência financeira. Tendo em vista que a situação socioeconômica dessas estudantes é desfavorável e muitos desses graduandos acabam dividindo seu tempo entre trabalho diurno e sua graduação noturna.

4.2. Licenciatura em Ciências Humanas/História-UFMA/Codó

A Resolução de Nº 104-consun, de 30 de novembro de 2007, que aprova a adesão da Universidade Federal do Maranhão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Universidade Brasileira (REUNI) (PPC Licenciatura em Ciências Humanas, 2012). A criação dos cursos de Licenciaturas Interdisciplinares

se dá nos marcos do processo de expansão da Universidade Federal do Maranhão consignado no âmbito de sua adesão ao REUNI, representando o viés político do projeto, configurado no esforço institucional em construir e reconstruir a inovação inclusiva, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais estaduais e municipais pela formação com qualidade social.

Assim, foi criado o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História, no Campus VII – município de Codó, tendo como missão a formação de professores. A capacitação dos profissionais licenciados tem por base competências interdisciplinares conectadas com demanda dos anos finais do Ensino Fundamental (História, Sociologia, Filosofia e Geografia), e no Ensino Médio, na disciplina de História. Originalmente, o curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História foi criado pela Resolução Nº 127-CONSUN de 24 de maio de 2010 e Resolução Nº 170-CONSUN de 24 de abril de 2013.

O curso oferta a quantidade de 60 vagas (entrada única anual), no período noturno, com duração mínima de 8 semestre letivos e no máximo 12 semestres letivos. O curso possui uma carga de estágio obrigatório de 405 horas e de seus outros componentes curriculares de 2880 horas. O projeto passou por duas propostas educacionais a primeira foi instituída pela Portaria de Nº 53/2009-PROEN. Enquanto a segunda foi uma reformulação do projeto, vistas a sua consolidação, foi iniciada por uma Comissão de Organização Curricular instituída pela Portaria GR Nº 134-MR em março de 2012 e complementada em agosto de 2012. (PPC Licenciatura em Ciências Humanas, 2012).

O Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História oferece 60 (sessenta) vagas para ingresso anual de estudantes, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Cabe ao estudante a inscrição nos componentes curriculares/disciplinas a partir do segundo semestre, em virtude de ele já ser matriculado em seis componentes curriculares/disciplinas, pela própria instituição.

4.3 perspectivas estudantis sobre as políticas de permanência

Na pesquisa realizada junto aos estudantes buscamos através das questões iniciais do questionário, tais como: idade, ano de ingresso, forma de ingresso e identificação étnica, identificar o perfil desses estudantes. Cabe aqui ressaltar que o trabalho teve como objetivo levantar o perfil identitário e não o socioeconômico,

embora compreendamos a importância da análise socioeconômica, os sujeitos da pesquisa enfrentam dificuldades diversas que não são possíveis de serem respondidas apenas pelo viés socioeconômico.

Desse modo, participaram da pesquisa um total de 45 universitários, dos quais identificamos como participantes da pesquisa, esses universitários estavam com a matrícula ativa durante o percurso da pesquisa. Dos 45 universitários que se disponibilizaram a responder o questionário, 25 são do sexo feminino e 20 do sexo masculino. Apesar de não termos o objetivo de apontar as questões de gênero, achamos oportuno salientar a prevalência feminina no campus, uma vez que esse dado é importante para compreender os perfis universitários.

Guedes (2008) entende que o aumento de mulheres no ensino superior vem ocorrendo desde 1970, onde as mulheres vêm conseguindo reverter o quadro de desigualdade histórica mundial. Acreditava-se que somente os homens eram detentores de conhecimentos intelectuais elevados. Todavia, as mulheres já desconstruíram a ideia de que a universidade é um espaço masculino e uma prova disso é o número de mulheres que vêm se formando e conquistando a sua graduação em diversas áreas do conhecimento, tornando-se maioria dentro dos cursos.

A presença de mulheres nos cursos de licenciatura na UFMA/Codó é notória. Essa realidade é possível de ser acompanhada através da formação das salas no início de cada nova turma. Esse indicador reforça a predominância das mulheres dentro das instituições de ensino superior, em especial a UFMA/Codó, local onde a pesquisa foi desenvolvida.

Quanto à faixa etária dos estudantes encontramos discentes entre 20 a 57 anos. A faixa etária que compreende: de 20 a 30 anos tivemos (26 pessoas), essa faixa etária é a mais prevalente entre os estudantes universitários que estão na UFMA/Codó, de 31 a 40 anos (11 pessoas), essa é a segunda faixa etária mais expressiva de estudantes, pessoas mais experientes que não puderam cursar uma graduação após a conclusão de ensino regular (ensino médio), de 41 a 50 anos (05 pessoas), essa faixa etária é formada por alguns profissionais que já atuam na área da educação, mas que não possuem o diploma de ensino superior, duas pessoas acima de 50 anos e uma que não respondeu à pergunta.

Dos 45 participantes da pesquisa que responderam ao questionário, tabulamos a quantidade de universitários por turma como é demonstrado no Quadro 01:

Quadro 01: Participantes da pesquisa por turma.

Turma	Quantidade de estudantes ingresso
2010.2	0
2011.2	1
2012.2	1
2013.2	0
2014.2	3
2015.2	5
2016.2	13
2017.2	08
2018.2	10
2019.2	2
2020.2	2

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto ao período de ingresso no curso, não contamos com a participação de estudantes dos anos de 2010.2 e nem 2013.2; ou seja, não conseguimos contactar esses universitários através das redes sociais, principal meio de acesso aos estudantes. Dessa maneira tivemos a maior expressividade das turmas 2015.2 a 2018.2.

Outro ponto importante no processo de construção do perfil dos estudantes é a forma de ingresso na instituição, sendo que dos 45 participantes da pesquisa que responderam ao questionário 34 ingressaram por ampla concorrência (75,6%) e 11 por cotas (24,4%), sejam elas sociais, raciais ou por deficiência.

Acreditava que a grande maioria dos estudantes havia ingressado na instituição pela política de cotas. Após a análise desses dados, não confirmamos essa ideia inicial, ou seja, a maioria dos estudantes que colaboraram com a pesquisa, ingressaram pela modalidade de ampla concorrência.

No que se refere à identificação étnica dos participantes pudemos perceber o quanto a presença de pessoas que se autodeclararam preto/parda é expressiva e isso comprova as informações contida no IBGE (2010), onde 83% da população codoense é composta por essa etnia preto/pardo. No questionamento que se refere a etnia, temos: 18 pessoas se identificaram como pardas; 16 pessoas se autodeclararam da

cor preto(a)/negro(a) - sendo estas variações usadas como respostas pelos discentes; e quando 02 pessoas se autodeclararam brancas.

Para além dessas nomenclaturas tivemos 06 pessoas que não responderam à pergunta, o que se pode depreender desse numerário com relação à etnia é que ainda predominam uma grande parte de pessoas que não conseguem se autodeclarar, porque não ficou muito especificado esse perfil representado por vários estudantes, uma vez que não apareceu nem indígenas e nem quilombolas, sendo que existem muitos quilombos ao entorno da cidade de Codó-MA.

Para alguns estudantes que trabalham com educação e possuem o magistério, um curso de nível médio que formava o aluno para atuar como professor. Esse curso desde 2020, passou a não ser mais aceito como qualificação profissional, ou seja, exigem desses profissionais da educação um curso de formação superior, a exemplo das licenciaturas como aponta a resposta do(a) participante 14, após a pergunta sobre o que motivou a ingressar na UFMA/Codó?

Complementar minha formação (participante 14).

Existe também outra parcela que busca obter um curso superior, pois já estão inseridos no mercado de trabalho (ainda que não seja na área da educação), visando a obtenção de uma graduação, que seja capaz de lhes possibilitar melhores colocações trabalhistas e com isso uma remuneração melhor.

Podemos observar uma gama de pessoas com idades mais elevadas que estão procurando qualificações em nível superior, uma vez que esse público concilia o trabalho diário com os estudos durante a noite, isso pode ser um fator determinante para a permanência e conclusão do curso ou poderá ser um fator causador para a desistência.

Conforme o perfil estudantil apresentado, é fundamental a existência de políticas de permanência mais eficaz que garanta ao estudante permanecer nos cursos superiores.

Essas perguntas nos levaram a responder questões atreladas a motivação e oferta do curso, ou seja, por quais motivos os estudantes optaram pelo curso de LCH/História. Mesmo com respostas diversas, observou-se que a questão da formação e profissionalização estão cada vez mais se tornando um fator positivo, visto que foi pontuado a questão do conhecimento e da experiência profissional que o curso poderia proporcionar.

Dividimos as respostas em cinco categorias, sendo elas: a profissionalização/formação, questões familiares, a busca por conhecimento científico/realização profissional, o campus próximo de casa e a busca por melhores condições socioeconômicas.

Na primeira categoria a *profissionalização/formação* para esse seguimento obtivemos as seguintes respostas:

Me profissionalizar como Professora (participante 01).

Oportunidade de Formação (participante 03).

O anseio por um curso superior (participante 06).

Ter ensino superior (participante 13).

Diante das respostas percebemos nas narrativas dos estudantes que, ingressar numa universidade se tornaria a porta de entrada para o processo de profissionalização, bem como construir um conhecimento proporcionado por uma instituição de credibilidade que possui grande peso nacional como é destacado pelos participantes:

Qualidade da instituição (participante 16).

Sempre tive o sonho de ingressar no ensino superior, tive a oportunidade de realizar meu sonho na UFMA/ Codó. Haja vista que é uma instituição federal e com o ensino de qualidade. Sem precisar sair do conforto do meu lar (participante 22).

Desejo de ser formado pela federal (participante 36).

Esses jovens acreditam que possuir um diploma em uma instituição federal pode pesar mais no mercado de trabalho. Tendo em vista que a universidade pública federal carrega um respaldo de rigorosidade do ensino, ou seja, a instituição carrega o peso de fazer parte da estrutura administrativa do governo. Por conta disso, a credibilidade, rigorosidade e excelência da instituição são fatores determinantes na hora que esses estudantes optam pela universidade pública, uma vez que a seleção de profissionais (docentes) que fazem parte do quadro de colaboradores é altamente criteriosa.

Silva, Silva e Rosa (2009), concordam que somente através da educação, esses jovens conseguirão acessar um conjunto de bens e atividades culturais, tecnológicos, informativos que são potenciadores de oportunidades de renda e de

ampliação do bem-estar. Esse bem-estar, vem atrelado a conquista/realização profissional e pessoal que é almejada através de um curso superior.

Na segunda categoria identificamos que para muitos desses estudantes universitários, acabam sendo os primeiros da família a entrarem em uma instituição de ensino superior como podemos observar nas respostas dos participantes da pesquisa:

Para ter um futuro melhor que o dos meus pais (participante 19).

Minha mãe foi e sempre será a minha maior motivação, pois ela me falou que a maior riqueza que ela poderia me dar era os estudos (participante 42).

Nessa categoria destacamos que a estudante e a família reconhecem a importância de obter um grau elevado de estudo. Quando o participante menciona que sua mãe diz que a maior riqueza que ela poderia proporcionar a sua filha é o estudo, comprávamos aqui que os familiares não tiveram a oportunidade de ter uma formação, ou seja, investir no conhecimento dos filhos mesmo sem conhecer a fundo como funciona a instituição, se torna uma realização própria ao verem seus filhos conquistando esse espaço. Para essa família isso representa a quebra de um ciclo de pobreza, pois anseiam que seus filhos possuam uma qualidade de vida melhor do que eles tiveram.

Na terceira categoria identificamos aqueles estudantes que tinham o objetivo de cursarem uma licenciatura e que realmente quisessem seguir a carreira da docência. Podemos identificar essa categoria tanto como busca de conhecimento científico como pelo objetivo de uma realização profissional, ou seja,

O que me motivou foi a vontade de ter um curso superior. Poder ser um bom profissional na área da educação pública (participante 05).

Poder contribuir com a sociedade na área de licenciatura e passar por essa experiência de forma a me realizar na profissão de docente (participante 09).

Conhecimento, experiência, ser um profissional capacitado e ter habilidade para a docência (participante 17).

Das respostas que obtivemos, percebemos que os estudantes ingressaram por ampla concorrência, desses somente o(a), participante 05, não tinha o curso como primeira opção de escolha, porém o mesmo afirma que com o decorrer do curso acabou se apaixonando pela graduação “No começo não, porém no decorrer do

tempo fui me apaixonando pelo curso de História (participante 05)”, já para os discentes 09 e 17, o curso de LCH/História era a sua primeira opção de curso.

A UFMA/Codó, além de preparar professores para atuarem na educação básica, esses profissionais também podem desenvolver pesquisa. É interessante que esses jovens que estão se formando internalizem a seriedade que a profissão de educador exige. Entendemos, através das falas dos estudantes universitários, que teremos educadores comprometidos com a educação, tendo em vista ser uma profissão que eles se identificam e que escolheram por vontade própria e não apenas pelas três opções de cursos ofertadas pela instituição.

Na quarta categoria analisamos aqueles estudantes que ingressaram na instituição por conta da proximidade da instituição, observamos que para muitos desses jovens a distância seria um empecilho muito grande para dar continuidade aos estudos e de certa forma acaba sendo um problema tanto para jovens que moram em Codó como nas cidades vizinhas. Nas respostas dos nossos participantes, fica nítido que o ingresso foi facilitado por existir um campus na cidade, próximo de casa, conforme os participantes,

Próximo de casa (participante 11).

[...] Haja vista que é uma instituição federal e com ensino de qualidade. Sem precisar sair do conforto do meu lar (participante 22).

Por ser o campus mais próximo da minha cidade (participante 45).

Talvez muitos estudantes não estariam cursando o ensino superior, caso tivessem que se deslocar para uma capital, portanto as políticas de interiorização das universidades públicas federais estão sendo capazes de mudar uma realidade de muitos desses jovens que jamais estariam cursando uma graduação em uma instituição pública, dadas as condições enfrentadas e a realidade da situação socioeconômica e sociocultural da população de Codó e cidades vizinhas.

Na quinta categoria apontamos alguns estudantes, que acabaram entrando na UFMA/Codó, por não terem condições financeiras de cursar o ensino superior na área que desejava, como podemos perceber nas respostas a seguir:

Falta de recursos próprios para ingressar em uma faculdade onde tem meu curso, e sem opção como a cidade de Codó, desejei tentar e aqui estou (participante 02).

A UFMA não era a primeira opção devido aos cursos ofertados. Mas, dentre as possibilidades dentro da cidade, era a melhor, pois é uma universidade federal (participante 26).

Para ter uma melhor oportunidade de emprego, pois as pessoas que possuem curso superior e seguem se especializando tem mais chances no mercado de trabalho (participante 43).

Estes universitários tinham interesse em outros cursos de graduação, porém a sua primeira opção de curso não era Licenciatura a não ser o participante 43 que visava o curso de Pedagogia, curso esse ofertado na UFMA/Codó, porém, no período vespertino, dessa maneira, o discente optou por outra graduação a noite, uma vez que a subsistência pesa muito na hora dessa tomada de decisão.

De maneira geral, quando perguntamos aos participantes, se o curso escolhido por eles era sua primeira opção, encontramos os seguintes resultados: 25 participantes responderam que sim que o curso de ciências humanas era a sua primeira opção, e 20 participantes responderam que não era. Dentre os 20 participantes que responderam que não era sua primeira opção, somente três universitários externaram que se identificaram com o curso que está em andamento.

No começo não, porém no decorrer do tempo fui me apaixonando pelo curso de História (participante 05).

Não, minha primeira opção era Direito. Mas o tempo em que passei no curso me fez gostar da possibilidade de ser professor (participante 26).

Não, seria pedagogia, porém como o curso de pedagogia é a tarde, aí complica para conseguir emprego já que nenhum local ia liberar o turno da tarde para as pessoas, então optei pelo curso de história por ser a noite (participante 43).

Conseguimos identificar que a grande maioria dos estudantes escolheram o curso de LCH/História, por vontade própria, porém o percentual de estudantes que não desejavam cursar a graduação ofertada é bem expressivo, ou seja, para muitos desses estudantes que vivenciam situações diversas acabam escolhendo o curso, por ser aquele que poderiam os levar a conquistar uma diplomação e não que fosse por sua vontade de atuação no mercado.

Dando prosseguimento à pesquisa entramos na identificação dos problemas e das dificuldades que os discentes enfrentam/enfrentaram para estudar na

UFMA/Codó. Destas questões pudemos construir as seguintes categorias: conciliar trabalho e estudo; a distância do local onde a instituição está localizada; universitários que relataram não terem passado por problemas/dificuldades e as dificuldades financeira.

Quanto à categoria *problema de conciliar trabalho e estudo*, temos:

Conciliar trabalho e estudo, a pandemia também atrasou a conclusão do curso que ainda está em andamento (participante 01).

Conciliar horário de trabalho (participante 03).

Conciliar os estudos com o trabalho. Visto que trabalho o dia todo ainda sou responsável pela minha família. Me reverso entre estudar-trabalhar-cuidar da família; locomoção para chegar até a universidade, haja vista que resido em outra cidade vizinha (participante 22).

A minha maior dificuldade é ter que trabalhar e estudar ao mesmo tempo (participante 28).

O trabalho, as atividades do dia a dia, responsabilidades na família (participante 31).

Zago (2006) aponta que o tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe em vários casos limites acadêmicos, como a participação em encontros, congressos e conferências e das aulas. Tal situação implica que o estudante fique incapaz de vivenciar as experiências acadêmicas significativas.

É perceptível que a ocupação laboral se torne um dificultador para o sucesso acadêmico, gerando a retenção dos estudantes, desta maneira, constatamos que muitos desses universitários optaram por fazer menos disciplinas e conseqüentemente isso atrapalha a conclusão do curso, continuam pagando as cinco disciplinas e acabam reprovando por não serem capazes de darem conta das demandas exigidas pela formação. Essa carga exaustiva pode ser um potencializador para o processo de evasão universitária.

A pandemia aparece na fala de um dos universitários, uma vez que além de ter atingido o emocional, ocasionou uma paralisação forçada por conta do distanciamento social. Mesmo a instituição desenvolvendo ações que viabilizassem a disponibilização de equipamentos e internet, não foram suficientes para abarcar toda a demanda de estudantes. Reforçando assim a carência da população interiorana e colocando em evidencia que as políticas para a permanência desses estudantes são insuficientes.

Quando analisamos a categoria apontado como a distância do local onde a instituição está localizada, percebemos que tanto os jovens da cidade de Codó quanto outras cidades enfrentaram essas dificuldades de mobilidade, existem estudantes que não possuem condições para essa locomoção, tendo em vista o distanciamento do local. Mesmo o Campus VII, ficando dentro da área urbana existe o fator do aumento da criminalidade e os assaltos aos universitários. Estes problemas ficam expressos nas seguintes respostas:

Distanciamento do local de estudo, recursos para o material de estudo e acesso à internet (participante 02).

Distância de casa (participante 07).

O deslocamento da minha cidade para Codó, principalmente em dias de atividades no contra turno (participante 29).

Na categoria que não houve *problemas/dificuldades*, que se constituiu uma surpresa na pesquisa, buscamos entender em qual situação esses jovens estavam inseridos. Obtivemos seis respostas que correspondiam a esse seguimento.

Nenhuma (participante 4).

Nenhuma (participante 10).

Nenhuma (participante 11).

Nenhuma (participante 17).

Tem sido relativamente tranquilo (participante 13).

Nenhuma, as vezes só a preguiça mesmo (participante 20).

Desses seis discentes apenas um o (participante 20), não participou de nenhum programa. Os demais participaram de programas como PIBID e o Residência Pedagógica. Para eles a importância da ajuda financeira e o desenvolvimento das habilidades foram tão significativas que eles não encontraram problemas e dificuldades que os impossibilitassem no percurso acadêmico.

Podemos concluir que as políticas de permanências foram essenciais para esses estudantes, que além de os ajudarem financeiramente, foram capazes de ajudar no desenvolvimento de habilidades que está atrelado a construção de projetos e relatórios que facilitaram o desenvolvimento da escrita científica, os aproxima da

sala de aula, local onde o estudante ganha experiências e familiaridade com a carreira que irá seguir.

No que tange a categoria que aborda as dificuldades financeiras, onde se relacionam as questões que envolvem gastos com deslocamento, obter material didático, xerox, participação em congressos, alimentação, dentre outros gastos que os universitários precisam e que são necessidades básicas e fundamentais, ou seja,

Dificuldade financeira (participante 06).

Condições financeiras (participante 08).

Quando entrei na Universidade tive problemas com transporte, sem Internet e computador em casa, dificuldade financeira para comprar apostilas e livros, problemas de saúde. Atualmente a maternidade tem me tirado o tempo de estudar (participante 16).

Os principais problemas foram financeiros (participante 30).

Financeiro (participante 33).

Scher e Oliveira (2020) acreditam que as questões de ordem financeira podem levar à evasão e à retenção dos estudantes universitários, já que esse estudante não possui recursos para se manter ou necessita trabalhar para subsidiar o sustento da família. Concluímos que para a maioria desses estudantes as questões financeiras foram e são um dos grandes problemas pelo quais eles passam, tendo em vista que mesmo a instituição sendo pública exige gastos financeiros em questões diversas que vão desde a conquista de material para a evolução dos seus estudos e para a questão da subsistência.

Achamos por bem chamar a atenção para o (participante 16), para as questões que giram ao entorno de sua trajetória acadêmica: entrou por ampla concorrência, ingressou na instituição com 24 anos, se identifica etnicamente como branco, optou pela instituição por conta da qualidade de ensino, a escolha do curso foi a sua primeira opção, participou de programas sendo voluntário e, também, bolsista. O mesmo relata sobre a importância da bolsa em sua trajetória.

Quando perguntado se os universitários participam/participaram de programas de permanência, tivemos como respostas:

Sim, o PIBID. O mesmo contribuiu muito na minha formação enquanto futura educadora e conseqüentemente uma “formadora de opiniões” (participante 04).

Sim, auxílio moradia pecuniária (participante 06).

Residência Pedagógica contribuiu para o exercício didático e pedagógico no Ensino Médio uma experiência única, empolgante e dinâmica para o meu papel de docente (participante 11).

Particpei como voluntária do Projeto Formação de Leitores na Educação Especial, fui bolsista do Projeto de Leitores da Universidade a Escola e por último particpei do PIBID todos os casos acima trouxeram vivências ricas para meu futuro profissional e humano, a bolsa ajudou custear a compra de apostilas e livros, impressão de atividades e a pagar hora na Lan House para pesquisar, comprei meu primeiro notebook e impressora juntando dinheiro da bolsa durante pouco mais de um ano (participante 16).

Auxílio moradia. Particularmente sem esse auxílio seria impossível de me manter na cidade, creio que não falo só por mim, mas por todos os estudantes que dependem dessas bolsas para se manterem no campus, sem elas era muito difícil ficar na cidade (participante 45).

Dos estudantes que participaram da pesquisa, 31 conseguiram se beneficiar com as políticas de permanência. Nos relatos dos estudantes pudemos identificar a diversidade de programas voltados para os discentes, dentre eles, o Auxílio Moradia e Bolsa Pecuniária, cujo o recurso financeiro viabilizou a permanência de estudantes no curso e no município. Outros programas, a exemplo, do Programa de Iniciação à Docência e do Residência Pedagógica, mediante a concessão de bolsas, contribuíram para a permanência de jovens no curso. E, ainda, destacamos as bolsas de iniciação científica, que além do auxílio financeiro, contribuíram para formação do futuro professor-pesquisador.

Não podemos deixar de mencionar o número expressivo de estudantes que não tiveram acesso a nenhum programa. Tal situação nos leva a pensarmos sobre a importância da política de permanência para que os jovens possam concluir o curso com sucesso, o que demanda a ampliação de programas com auxílio financeiro.

Nesta direção, conforme relato de estudantes que não participaram dos programas:

Não consegui infelizmente, a única que tinha conseguido era o auxílio do restaurante universitário, que em pouco tempo pararam de pagar (participante 02). Não, nunca fui escolhido, apesar de me candidatar sempre (participante 23).

Não participei de nenhum programa, sempre trabalhei como autônomo (participante 28).

Nestas respostas podemos perceber não só a importância, mas também a necessidade de ampliação de programas que atendam às demandas dos estudantes. Outro problema identificado quanto a permanência, se refere ao Restaurante Universitário (R.U.), que fora criado para atender os estudantes que necessitam permanecer durante todo o dia na universidade. O restaurante Universitário passou por inauguração, reinauguração, e posteriormente fechado.

Há ainda os casos dos universitários que não passam na seleção das bolsas de permanência, pois eles, para acessarem os programas da política de permanência, precisam entregar um conjunto de documentos e a sua comprovação, o que nem sempre possível. A análise dos documentos, conforme os critérios de acesso aos programas é realizada pelos Núcleo de atendimento ao Estudante – NAE, primeiramente em nível de campus, e posteriormente validado pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil.

Chegamos a última questão do questionário, a saber, qual a importância das políticas de permanência para a formação de um acadêmico na UFMA/Codó, ou seja, como os próprios participantes percebem a política de permanência. Obtivemos as seguintes respostas:

É de suma importância tendo em vista a situação de empobrecimento da população local. A bolsa nos ajuda a passar mais tempo na Universidade e longe do trabalho de pouca remuneração do comércio da cidade sem falar na carga horária extensa de trabalho que com certeza atrapalha no desempenho dos estudos. Um bolsista rende mais academicamente por trabalhar com a sua profissão, com o lado intelectual. A maioria dos bolsistas quando formados trabalham na sua profissão de formação e seguem estudando numa especialização, mestrado e doutorado (participante 16).

É de grande importância, pois alunos necessitam de apoio para continuar estudando (participante 31).

Super importante. Pois as dificuldades encontradas na sociedade hoje como por exemplo: exclusão social, fome, violência tudo isso é uma soma pra podermos pensar mais no próximo, principalmente como estudante. Pois sabemos que ainda que precariamente em alguns pontos a formação acadêmica é um grande passo para o progresso tanto profissional como emocional (participante 40).

Após várias décadas de lutas pelo acesso ao ensino superior público, nossa juventude compreende que este espaço é para ela, ou seja, um direito. E, que estar nesse ambiente se constituiu numa possibilidade de reverter um ciclo de pobreza e ter uma profissão. Mello (1991), acredita que a única forma de enfrentar os novos padrões de produtividade e competitividade impostos pelos avanços das tecnologias, é através da educação de qualidade que será alcançada através de estratégias fundamentais da ampliação das políticas de acesso e de permanência das juventudes no ensino superior.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões em torno da educação brasileira, tiveram maior atenção a partir do século XX, em especial, o ensino superior. Este nível de ensino, pensado inicialmente para as elites brasileiras, ganhou novos contornos com a política de acesso por parte de estudantes das camadas sociais menos favorecidas. Contudo, o acesso ao ensino superior para as juventudes brasileiras não foi suficiente, o que demandou o estabelecimento de políticas de permanência.

Nos interessou nesse estudo discutir questões referentes as políticas de permanência, estas atreladas ao percurso acadêmico dos universitários do curso de humanas, onde foram expostos os problemas e as dificuldades para se manter dentro da instituição, tendo em vista os diversos problemas enfrentados por eles. Na pesquisa, tivemos por objetivo, identificar o perfil, os problemas e as dificuldades, e, ainda, as percepções dos licenciandos em ciências humanas sobre as políticas de permanência durante a formação universitária. Assim, identificamos, uma diversidade na faixa etária dos estudantes, e que os jovens buscam a formação superior, por diversos motivos, como por exemplo, melhores condições de vida e a profissionalização.

Compreendemos que as políticas de permanência são de extrema importância para os jovens oriundos de escolas públicas e que passam por problemas que não são somente socioeconômicos, mas envolvem questões socioculturais que demandam um olhar mais atencioso. Portanto, faz-se necessário a ampliação das políticas de permanência, de modo que fosse contemplado um número maior de estudantes.

Identificamos que a maioria dos estudantes que participam/participaram de programas de permanência dentro da instituição, especialmente aqueles com auxílio financeiro, foi fundamental para a sua permanência na instituição. Uma vez que, alguns desses estudantes são oriundos de outros municípios, outros que residem em cidades próximas, e que, necessitam se deslocar para Codó, e se não fossem as bolsas e o auxílio moradia e de auxílio financeiro teriam sido ceifados do ensino superior.

Para além dos programas de auxílios destinados à moradia e à subsistência, também pudemos identificar a importância das bolsas de iniciação científica, as quais foram de extrema importância no desenvolvimento do professor/pesquisador, e que

aproximam os estudantes da realidade das escolas municipais e estaduais, as quais se constituem no campo de atuação profissional.

Do estudo realizado podemos afirmar que as políticas de permanência são necessárias. Isto implica em traçar planos que consigam identificar os problemas de natureza econômica, social, cultural e emocional que acometem nossos estudantes, e que, em alguns casos, se sentem incapazes de conseguir concluir a graduação. Não basta conceder bolsas é necessário compreender como os nossos jovens internalizam esses problemas, uma vez que essas experiências adentram os portões das universidades juntos com eles.

Desta maneira, as políticas de permanência se mostram necessárias no processo formativo desses universitários que anseiam por uma melhor qualidade de vida e por melhores colocações no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. M. J. de. TEIXEIRA, M. A. P. **Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitárias.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, 2017.

BANONE, L. Os grupos sociais e o preconceito. In: CAMBA, S. V. (Org.). **Direitos humanos da juventude.** Brasília, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo.** Lisboa: Edições 70. 1977.

BENTO, A. VALE, C. ALVES, J. MELO, M. MACENO, R. JÚNIOR, T. **Codó: conhecendo o meu município: história e geografia: estudos regionais.** 1. ed. Fortaleza: Editora Master, 2020.

BOTTO, C. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 777-798, especial, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emenda Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

CARNEIRO, A. da S.C.; SAMPAIO, S. M. R. **Estudantes de origem popular e afiliação institucional**. In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 53-69. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books.

COSTA, Simone Gomes. **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis – Brasil. 25 a 27 de novembro de 2009.

DOMINGOS, P. J. Movimento da negritude: uma breve reconstrução história: **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**. USP, S. Paulo, 24-25-26: 193-210, 2002/2003/2004/2005.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”**. Ver. Adm. Pública – Rio de Janeiro, v.50, n.6, p: 959-979, 2016.

FREITAS, Lilliam Teresa Martins. **CRIANÇAS NEGRAS, CURRÍCULO BRANCO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CODÓ-MA**. São Luís, 2017. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

GATTI, B. A. **Implicações e Perspectivas da Pesquisa Educacional no Brasil Contemporâneo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 113, p. 65-8, julho/2001.

GIANEZINI, K.; BARRETO, L. M.; GIANEZINI, M.; LAUXEN, S. de L.; BARBOSA, G. D.; VIEIRA, R. de S. **Políticas Públicas: definições, processos e constructos no século XXI**. Doi: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865>, v. 21, n. 2, p: 1065-1084. Criciúma-SC. 2017.

GUEDES, Moema de Castro. **A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

HOFLING, E. de M. **Estado e Políticas (Públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, 2001.

JÚNIOR, M.B.M.; MELO, M.S.T.; SANTIAGO, M.E. **A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar**. Porto Alegre, v. 16, n. 03, p. 31-49, 2010.

MACIEL, C. E.; LIMA, E. G. dos S.; GIMENEZ, F. V. **Políticas e permanência para estudantes na educação superior**. RBPAE – v. 32, n. 3, p. 759 – 781 set./dez. 2016.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

MELO, G. N. **Políticas públicas de educação**. Estudos Avançados 5(13), 1991.

DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** / DESLANDES, S.F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S (org.). 26^a. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NETO, A. B. A.; MOURÃO, M. G. M.; CASTRO, S. P. N.; MACIEL, R. C.; FRANCO, A. L. M. **Políticas na educação superior: o sistema de cotas na Unimontes Motricidade**. Vol. 8, núm. Supl. 2, 2012, pp. 882-887. Desafio Singular – Unipessoal, Lda Vila Real, Portugal, 2012.

PEREIRA, E. C. S; COUTINHO, S. A. S.; MELO, M. A. Gestão de Programas Socioeducativos para a Juventude. In: GONDIM, E. P.; MORAES, L. C. S. **Juventude, Trabalho e Escolarização: refletindo sobre ações socioeducativas**. São Luís -MA. EDUFMA. 2014.

PIANA, M.C. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento**. PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books.

SANFELICE, J. L. Breves Reflexões sobre 'Juventude', Educação e Globalização. In: MACHADO, O. L. (Org.). **Juventude, Democracia, Direitos Humanos e Cidadania**. Frutal-MG. Prospectiva. 2013.

SCHER, A.J; OLIVEIRA, E.M. **Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Realeza/PR**. Avaliação, Campinas, Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 5-26, mar. 2020.

SILVA, E. R. A; ANDRADE, C.C. A Obrigação do Países em Desenvolver uma Política Nacional de Juventude. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M.; ANDRADE C.C. (Org.). **Juventude e Políticas Públicas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

SOUZA, A. C.; GOMES. P. **Abordagem do Ciclo de Políticas segundo Stephen Ball**. Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.20-45, 2006.

Tc.almeida@ufma.br. ALMEIDA, Tonhetina. PROGRAMAS DE PERMANÊNCIA. tassioqueiroz30@gmail.com 01 fev. 2022.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA 2002.

<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA/Campus VII-Codó

Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências humanas/História

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Título: Políticas de Permanência no Ensino Superior Público: experiências de discentes da UFMA/Codó.

Graduando: FRANCISCISCO TASSIO SALAZAR QUEIROZ

Orientador: Prof. Dr. Dilmar Kistemacher

QUESTIONÁRIO

Este questionário tem por objetivo conhecer os problemas e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes universitários durante a formação acadêmica e como as permanências contribuem para sua formação, permanência e conclusão do curso. O questionário é um dos instrumentos de pesquisa para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História da UFMA/Codó, sob a orientação do prof. Dr. Dilmar Kistemacher.

1- Em qual ano você ingressou no Curso de Ciências Humanas/História?

- | | | |
|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 2010.2 | <input type="checkbox"/> 2014.2 | <input type="checkbox"/> 2018.2 |
| <input type="checkbox"/> 2011.2 | <input type="checkbox"/> 2015.2 | <input type="checkbox"/> 2019.2 |
| <input type="checkbox"/> 2012.2 | <input type="checkbox"/> 2016.2 | <input type="checkbox"/> 2020.2 |
| <input type="checkbox"/> 2013.2 | <input type="checkbox"/> 2017.2 | |

2- Qual foi a sua forma de ingresso na UFMA/Codó?

- Sisu/ Ampla concorrência
 Sisu/ Por cotas

3- Qual a sua idade e como você se identifica etnicamente?

4- O curso escolhido por você, era sua primeira opção de curso?

5- Quais são os problemas e as dificuldades que você enfrenta/enfrentou para estudar?

6- Você participa/participou de algum programa institucional com bolsa com (recurso financeiro), por favor fale sobre ele e como ele contribuiu para os seus estudos.

7- Qual a importância das políticas de permanência para a formação de um acadêmico na UFMA/Codó?

APÊNDICE: QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO